

provativos a que se refere a alínea b) do n.º 8.4 do presente aviso que se encontrem arquivados no processo individual, sendo oficialmente entregues ao júri as declarações exigidas na alínea c) do mesmo número.

10 — A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos especiais de admissão determina a exclusão do concurso.

11 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas na Direcção-Geral da Administração Pública, Avenida de 24 de Julho, 80-G, Lisboa.

12 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação (despacho conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 31 de Março de 2000).

23 de Janeiro de 2006. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

**Aviso n.º 1332/2006 (2.ª série).** — *Concurso interno de acesso misto para a categoria de técnico profissional especialista principal.* — 1 — Faz-se público que, autorizado por despacho de 2 de Dezembro de 2005 da directora-geral da Administração Pública, ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, se encontra aberto concurso interno de acesso misto para a categoria de técnico profissional especialista principal da carreira de técnico profissional.

2 — Serviço e local de trabalho — Direcção-Geral da Administração Pública, em Lisboa.

3 — Número de lugares e áreas funcionais — nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, foram fixadas as seguintes quotas:

Quota interna — 12 lugares para funcionários pertencentes à dotação global da carreira técnico-profissional, no apoio nas áreas funcionais de gestão e desenvolvimento de recursos humanos, análise de trabalho, recrutamento e selecção de pessoal, formação e aperfeiçoamento profissional, e estatística;

Quota externa — um lugar vago para funcionários não pertencentes ao quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública na área funcional de recrutamento e selecção de pessoal (psicologia).

4 — Prazo de validade — o concurso visa o provimento dos lugares mencionados, caducando com o respectivo provimento.

5 — Composição do júri:

Presidente — Dr.ª Maria do Céu Gomes Freitas, assessora principal.

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria da Conceição Matias Santos, técnica superior de 1.ª classe, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Maria do Rosário Martins Marçal, técnica profissional especialista principal.

Vogais suplentes:

Maria Manuela dos Santos Gonçalves Múrias, técnica profissional especialista principal.

Dr.ª Emília das Neves Gama, técnica especialista principal.

6 — Método de selecção — avaliação curricular.

7 — Sistema de classificação final — a classificação final, expressa na escala de 0 a 20 valores, resultará da classificação obtida no método de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores. Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8 — Apresentação de candidaturas:

8.1 — Prazo — 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, podendo ser entregues pessoalmente ou enviadas pelo correio, com aviso de recepção, atendendo-se, neste caso, à data do registo.

8.2 — Local de apresentação:

No caso de entrega pessoal do requerimento de admissão, Direcção-Geral da Administração Pública, Avenida de 24 de Julho, 80-D, 1.º, Lisboa;

No caso de remessa pelo correio — Apartado 2905, 1123-001 Lisboa.

8.3 — Forma de apresentação do requerimento — o requerimento de admissão, dirigido à directora-geral da Administração Pública e

contendo a indicação da categoria a que concorre, deverá explicitar os seguintes elementos: nome, estado civil, residência, código postal, telefone, número e data de validade do bilhete de identidade, indicação da natureza do vínculo, quadro de pessoal e serviço a que pertence e categoria que detém.

8.4 — Documentos a juntar ao requerimento:

- a) Currículo profissional detalhado e actualizado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce, bem como as que exerceu, com indicação dos respectivos períodos de permanência, actividades relevantes, assim como formação profissional detida, com indicação das acções de formação finalizadas (cursos, estágios, especializações, seminários, indicando a respectiva duração, conteúdos programáticos, datas de realização e entidades promotoras);
- b) Fotocópias dos comprovativos das acções de formação profissional realizadas;
- c) Declaração devidamente actualizada (data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas), passada pelo serviço de origem a que pertence, da qual constem, de maneira inequívoca:

A existência e a natureza do vínculo, a categoria detida e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

As classificações de serviço relevantes nos períodos em referência;

- d) Requerimento, dirigido ao júri do concurso [a efectuar apenas pelos candidatos que não tenham sido objecto de avaliação de desempenho no(s) ano(s) relevante(s) para o concurso], solicitando, ao abrigo do artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, suprimido da avaliação de desempenho relativamente ao(s) período(s) em falta, através da ponderação curricular, nos termos do artigo 19.º do mesmo diploma.

9 — Aos candidatos pertencentes à Direcção-Geral da Administração Pública não é exigida a apresentação dos documentos comprovativos a que se refere a alínea b) do n.º 8.4 do presente aviso que se encontrem arquivados no processo individual, sendo oficialmente entregues ao júri as declarações exigidas na alínea c) do mesmo número.

10 — A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos especiais de admissão determina a exclusão do concurso.

11 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas na Direcção-Geral da Administração Pública, Avenida de 24 de Julho, 80-G, Lisboa.

12 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação (despacho conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 31 de Março de 2000).

23 de Janeiro de 2006. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

## Direcção-Geral dos Impostos

**Aviso (extracto) n.º 1333/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 13 de Janeiro de 2006 da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos:

Teresa Iolanda Cabral Pires de Magalhães, técnica de administração tributária-adjunta do nível 3, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos — autorizada a licença sem vencimento de longa duração, com início em 1 de Fevereiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia.)

20 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

**Aviso (extracto) n.º 1334/2006 (2.ª série).** — Por despachos do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro e da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, de 12 de Janeiro de 2006 e de 22 de Dezembro de 2005, respectivamente:

Maria Saudade Silva, assistente administrativa especialista, do quadro de pessoal da Sub-Região de Saúde de Leiria — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impos-

tos, ficando afectada à Direcção de Finanças de Leiria. (Isento de fiscalização prévia.)

25 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

**Aviso (extracto) n.º 1335/2006 (2.ª série).** — Por despachos do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro e da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, de 12 de Janeiro de 2006 e de 22 de Dezembro de 2005, respectivamente:

Maria Graça Cabral Teixeira da Silva Alves, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Sub-Região de Saúde de Leiria — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afectada à Direcção de Finanças de Leiria. (Isento de fiscalização prévia.)

25 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

**Aviso (extracto) n.º 1336/2006 (2.ª série).** — Por despachos do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro e da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, de 6 de Janeiro de 2006 e de 8 de Novembro de 2005, respectivamente:

Maria Balbina Oliveira Pires Silva, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Sub-Região de Saúde de Aveiro — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afectada à Direcção de Finanças de Aveiro. (Isento de fiscalização prévia.)

25 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

**Aviso (extracto) n.º 1337/2006 (2.ª série).** — Por despachos do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro e da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, de 6 de Janeiro de 2006 e de 8 de Novembro de 2005, respectivamente:

Olga Maria Fernandes Xavier de Sá, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Sub-Região de Saúde de Aveiro — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afectada à Direcção de Finanças de Aveiro. (Isento de fiscalização prévia.)

25 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

**Aviso (extracto) n.º 1338/2006 (2.ª série).** — Por despachos do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro e da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, de 6 de Janeiro de 2006 e de 8 de Novembro de 2005, respectivamente:

Paulo Raimundo Ferreira Silva Bastos, assistente administrativo principal do quadro de pessoal da Sub-Região de Saúde de Aveiro — transferido para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afectado à Direcção de Finanças de Aveiro. (Isento de fiscalização prévia.)

25 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

**Aviso (extracto) n.º 1339/2006 (2.ª série).** — Por despachos do presidente do Instituto de Reinserção Social e da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, de 14 e de 26 de Dezembro de 2005, respectivamente:

Maria Cândida Maia da Costa Azevedo, assistente administrativa, do quadro de pessoal do Centro Educativo Santo António — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afectada à Direcção de Finanças do Porto. (Isento de fiscalização prévia.)

25 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

**Aviso (extracto) n.º 1340/2006 (2.ª série).** — Por despachos da governadora civil de Lisboa e da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, de 6 de Janeiro de 2006 e de 14 de Dezembro de 2005, respectivamente:

Fátima Angélica de Sousa Pereira Macedo, assistente administrativa principal do quadro de pessoal desse organismo — transferida para

idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afectada aos Serviços Centrais, com efeitos a 1 de Março de 2006. (Isento de fiscalização prévia.)

25 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

**Aviso (extracto) n.º 1341/2006 (2.ª série).** — Por despachos do director-geral do Património e da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, de 10 de Janeiro de 2006 e de 8 de Novembro de 2005, respectivamente:

Maria Fernanda Nobre Pacheco Soares, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal desse organismo — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afectada à Direcção de Finanças de Lisboa, com efeitos a 1 de Abril de 2006. (Isento de fiscalização prévia.)

25 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

**Aviso (extracto) n.º 1342/2006 (2.ª série).** — Por despachos do Secretário Regional-Adjunto e do vice-presidente da Região Autónoma dos Açores e do director-geral dos Impostos de 11 de Janeiro de 2006 e de 3 de Novembro de 2005, respectivamente:

Sandra Paula Aguiar Coelho, assistente administrativa do quadro de pessoal da Direcção Regional de Estudos e Planeamento Açores, da Secretaria Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afectada à Direcção de Finanças de Angra do Heroísmo. (Isento de fiscalização prévia.)

25 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

**Rectificação n.º 161/2006.** — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 26 289/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 243, de 21 de Dezembro de 2005, a p. 17 714, rectifica-se que onde se lê «funções dirigentes desde 7 de Abril de 2004» deve ler-se «funções dirigentes desde 7 de Abril de 1994».

25 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

## Direcção-Geral do Património

**Aviso n.º 1343/2006 (2.ª série).** — 1 — Nos termos da alínea *d*) do artigo 7.º, do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho do director-geral do Património de 28 de Outubro de 2005, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, procedimento concursal de selecção para recrutamento de um director de serviços do Núcleo de Informática, desta Direcção-Geral.

2 — Área de actuação — a referida no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 44/80, de 30 de Agosto, e do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 518/79, de 28 de Dezembro.

3 — Requisitos legais de provimento — o constante do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 — Perfil — estar habilitado com licenciatura em Informática de Gestão ou afim e com conhecimentos e experiência comprovada na área de actuação referida no n.º 2.

5 — Métodos de selecção — cumulativamente, avaliação curricular e entrevista pública.

6 — Constituição do júri:

Dr. Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmiento Ramalho, director-geral do Património.

Eng.º José Manuel dos Santos Estrela, director de departamento de Serviços de Informação, designado pela Águas de Portugal, SGPS, S. A.

Prof. António Manuel Ferreira Rito da Silva, presidente do Centro de Informática do Instituto Superior Técnico, designado pelo Instituto Superior Técnico.

7 — Formalização das candidaturas — deverão ser apresentadas até ao termo do prazo fixado no n.º 1 e formalizadas em requerimento datado e assinado, dirigido ao director-geral do Património.

8 — Os requerimentos deverão ser acompanhados de:

1) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exerce e as que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes período